GRUPO PARLAMENTAR
DO PARTIDO SOCIALISTA - AÇORES

Desenvolvimento integrado

Piedade Lalanda
Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Sras. e Srs. Deputados
Sra. e Srs. membros do Governo

Os conceitos de desenvolvimento integrado ou desenvolvimento sustentável fazem hoje parte do universo de ideais e referências estratégicas da política, seja ao nível económico, social ou cultural. Mais do que objectivos de governo, a integração e a sustentabilidade são os alicerces de uma sociedade que se quer democrática, plural, solidária e coerente, onde as diferenças (étnicas, de classe, género ou outras) não significam desigualdade.

Não basta falar de integração, coesão e sustentabilidade e depois procurar apenas no PIB per capita o único ou o principal indicador do desenvolvimento. O desenvolvimento sustentável encara este indicador económico apenas como um entre muitos objectivos. Os restantes incluem, por exemplo as condições de saúde das populações, as oportunidades educativas, a participação cívica, a defesa do ambiente e a gestão sustentada dos recursos.

Não basta falar, é necessário fazer das palavras acção, das boas intenções, intervenção. Citando a este propósito Daniel Innerarity, "o que actualmente desacredita a política, não é uma atitude

autoritária, mas a distância que separa o que se faz daquilo que se devia fazer, a discrepância das palavras e dos actos, a precipitada alegação de que não é possível fazer outra coisa".

Temos consciência que o desenvolvimento integrado, como ideal de sociedade, é sempre uma meta que se deseja alcançar, nunca totalmente conseguida, mas isso não significa que se não aja em prol dessa integração de forma concreta e sobretudo de forma sustentável e avaliada.

Como obra incompleta, as acções que visam um desenvolvimento integrado são sempre objecto de críticas, como acontece, por exemplo, com as medidas de combate à exclusão social, ou que pretendem promover melhores níveis de saúde e de escolarização.

Os que criticam com base apenas e só em indicadores quantificados, esquecem-se que o desenvolvimento integrado é um processo que implica, entre outras linhas de acção:

- Problematizar as questões considerando a cooperação institucional;
- Deixar de agir de forma avulsa e passar à prática do planeamento por objectivos;
- Transformar o individualismo dos actores institucionais em parceria;
- Transformar as actividades de diferentes instituições em trabalho em rede.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Sras. e Srs. Deputados
Sra. e Srs. membros do Governo

Se hoje podemos criticar o governo por não conseguir plenamente o desígnio de um desenvolvimento integrado, é porque esse caminho está a ser percorrido, mesmo que, como referi, de forma sempre aquém do ideal, porque envolve, nesse processo muitos parceiros, porque isso implica desconstruir uma forma de estar ao serviço das populações, que não se coaduna com uma cultura institucional de décadas.

Durante demasiado tempo, um tempo que em parte se enraíza na história recente do século XX, as pessoas foram tratadas de forma isolada, numa relação dependente com cada uma das instituições ou das valências de um serviço, numa lógica autoritária e hierarquizada de pequenos poderes centralizados e segmentados.

Durante demasiado tempo, um cidadão quando se dirigia a uma instituição de saúde, educação, acção social ou emprego, para não falar na justiça e na administração pública, era considerado um número, a que correspondia um processo, um caso; e o seu problema abordado, como uma questão específica de cada um dos sectores intervenientes.

Esta abordagem parcelar, sectorial, ignorava um diagnóstico integrado de causas, não problematizava a realidade de forma plural

nem agia com base na definição de princípios transversais de intervenção, articulando diferentes respostas institucionais.

Em parte, não é de estranhar que tal tenha acontecido durante demasiado tempo, se a este propósito recordarmos que só com a instauração da democracia em Portugal foram criadas as condições de liberdade, e o quadro político e institucional que permitiu o desenvolvimento das ciências sociais. Recorde-se que antes de Abril de 74 estas ciências eram consideradas perversas, porque, para os governantes da época, problematizavam em demasia e aguçavam o espírito crítico do cidadão comum.

Enquanto o País não democratizou o direito à crítica, só clandestinamente se podia problematizar, de forma científica, uma realidade aparentemente justificada culturalmente (é típico dos pobres, daquela comunidade não se pode esperar outra coisa!). Ainda hoje, se ouve o discurso de alguns velhos do Restelo, que sentados na primeira bancada, mantendo a devida distância do terreno de acção, afirmam "a mudança só acontece passadas muitas gerações", ignorando ou esquecendo que uma condição social instalada, que não se desconstrói pela análise rigorosa da sua estrutura e do processo que a sustenta, tem capacidade para, de forma contínua e permanente, se reproduzir também ao longo de várias gerações.

Não basta desenvolver acções, nem tão pouco se consegue contribuir para o desenvolvimento apenas e só com recursos financeiros.

Se a abordagem for de cima para baixo, baseada apenas no olhar de técnicos ou políticos distanciados e não considerar a participação, de quem vive os problemas de perto, dificilmente se consegue entender as causas reais dos problemas sociais e por esse facto, dificilmente se "atina" com as soluções mais viáveis.

Quantas acções supostamente interventivas, satisfazem e realizam mais quem as faz do que quem delas beneficia!

Quantas medidas de apoio às populações mais carenciadas foram testadas, algumas até durante os primeiros anos de integração europeia, e que depois foram abandonadas, sem que delas se obtivessem melhorias ao nível do acesso ao sistema de saúde, da integração de todos no sistema educativo, do aumento das qualificações na dignificação do emprego.

Em matéria de desenvolvimento, é possível gastar dinheiro sem dele obter resultados! Quando a estratégia adoptada não é integrada, não é feita em parceria, não altera os modos de funcionamento das instituições.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Sras. e Srs. Deputados
Sra. e Srs. membros do Governo

Hoje vivemos num tempo, que os sociólogos classificam de "modernidade reflexiva", ou seja, um tempo em que é possível, desejável e sobretudo necessário, impulsionar o desenvolvimento

considerando as suas diferentes faces – tecnológica, económica, social entre outras, sem deixar de ponderar os seus efeitos negativos, nomeadamente ao nível do meio ambiente e em termos de integração social.

Não basta definir medidas sectoriais com objectivos concretos que visam debelar um determinado tipo de problema, seja ele do foro educativo, económico ou outro. Importa avaliar os impactos dessas medidas e articular com as restantes áreas de intervenção a melhor forma de rentabilizar o investimento.

No domínio por exemplo da acção social, é fundamental partir do conhecimento e diagnóstico da realidade, pois corre-se o risco de as acções perderem eficácia, serem duplicadas ou triplicadas sem que os problemas sejam analisados de forma estrutural e por essa via combatidos nas suas reais causas.

Fazer melhor, ou como afirma o PSD, "melhor é possível" não significa apenas ter mais! A pedra de toque do desenvolvimento integrado, não se resume a dar mais ou fazer mais, mas antes implica rentabilizar os recursos existentes, promover as competências instaladas e facilitar o acesso.

O importante hoje em dia em política não é saber quem faz melhor, mas quem coordena ou articula melhor.

Em muitas áreas a carência não está nos recursos. Temos sabido, ao longo destes últimos anos, investir em escolas, em espaços de atendimento na saúde, em programas de emprego, em medidas de protecção social. Mas, sempre que se intervém na realidade

complexa que é a vida em sociedade, geram-se tensões, conflitos, contradições que urge reflectir, problematizar e encarar de forma articulada.

É nesta linha de pensamento e de acção que se inserem as iniciativas que visam estudar realidades como a gravidez na adolescência, o insucesso escolar, o desemprego feminino, o acesso dos jovens ao mercado de trabalho, a institucionalização de menores, o consumo de substâncias psico-activas e muitos outros, estudos, na sua maioria, elaborados a partir de solicitações dos governos do Partido Socialista. Porque é preciso conhecer, não apenas as realidades onde se pretende intervir, mas os impactos provocados por medidas anteriores, por políticas do passado.

Hoje, reconhece-se que, por exemplo, as instituições de acolhimento de crianças ou até mesmo de idosos, foram pensadas no passado como estruturas massificadoras, armazéns de despejo humano, lugares de esquecimento, onde a identidade de quem lá vivia era desde logo estigmatizada.

Intervir nessas instituições, introduzindo um modelo de gestão familiar, passou não apenas por desmantelar edifícios e reduzir grupos; mas implicou repensar a política para a infância ou para a velhice e alterar a representação que a sociedade construiu acerca dessas crianças ou desses idosos.

Hoje, o trabalho em parceria e o reconhecimento de complementaridades, são fundamentais se queremos potenciar sinergias, competências e recursos. Não somos um país rico e muito

menos uma região rica, por isso, todos os investimentos que fazemos têm de ser potenciados ao máximo através de uma acção integrada.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Sras. e Srs. Deputados
Sra. e Srs. membros do Governo

O Governo da Região tem sabido por em prática esta nova forma de fazer política, institucionalizando redes de acção, como acontece no domínio da Mulher vítima de violência, dos menores em risco, dos idosos, da habitação social, da promoção da educação e da formação profissional, e em muitos outros domínios.

Se queremos construir uma sociedade integrada, é fundamental ligar, cooperar em domínios como a educação, a acção social, o emprego, saúde. É imperioso continuar a abrir as instituições e sobretudo motivar os actores sociais que nelas trabalham, a esta forma complementar de serviço. A realidade é complexa e não se compadece de acções isoladas e estratégias segmentadas.

Em política, de acordo com as palavras de Daniel Innerarity, é fundamental o empenho em resolver os problemas sociais em termos de integração; é um combate contra a incompatibilidade. As tarefas fundamentais de um político são a mediação, a convergência, a cooperação e o acordo.

Uma boa política não exige que se dê satisfação aos interesses de todos, mas que isso não signifique que se não tenha tentado fazê-lo. O individualismo não é compatível com uma politica moderna, que se pretende democrática e aberta à participação de todos.